

# FINANCIAR A SUSTENTABILIDADE

INCENTIVOS E APOIOS FINANCEIROS  
PARA UMA ECONOMIA INTELIGENTE,  
SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA ATÉ 2020

Oportunidades de investimento para a  
economia verde e economia circular no  
**Portugal 2020: Programa Operacional  
Competitividade e Internacionalização**  
(COMPETE 2020) &  
**Programa Operacional Sustentabilidade e  
Eficiência no Uso dos Recursos**  
(PO SEUR)

# FINANCIAR A SUSTENTABILIDADE

## FICHA TÉCNICA

### **Autoria e produção**

BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o  
Desenvolvimento Sustentável

### **Coordenação**

Grupo de trabalho de *sustainable finance*: Altri, Banco  
Santander Totta, CGD, CTT – Correios de Portugal, EDP  
- Energias de Portugal, EY, Fidelidade, Galp, Millennium  
bcp e PwC.

### **Contributos**

O BCSD agradece os contributos das seguintes  
entidades: ADENE - Agência para a Energia,  
Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP),  
Portugal Ventures, Conselho Nacional do Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável (CNADS), Confederação  
do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Centro  
de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais da  
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e  
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas  
(ICNF).

ISBN 978-989-98060-6-1

### **Nota sobre “Financiar a sustentabilidade”**

É uma publicação de trabalho a atualizar com  
frequência, que tem como objetivo responder às  
transformações das necessidades de mercado e dos  
instrumentos financeiros disponíveis. A versão atual  
retrata a situação vigente a 10 de julho de 2017.

# ÍNDICE

04	EDITORIAL
06	<b>O DESAFIO: FINANCIAMENTO À ECONOMIA VERDE E CIRCULAR</b>
07	<b>ECONOMIA VERDE E ECONOMIA CIRCULAR</b>
08	<b>COMPETE 2020: OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO</b>
15	<b>PO SEUR: OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO</b>
26	<b>RECOMENDAÇÕES</b>
27	<i>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</i>
28	<i>BANCA</i>
29	<i>INVESTIDORES</i>
29	<i>EMPRESAS</i>
30	<b>O BCSD PORTUGAL</b>

# EDITORIAL

O atual modelo económico necessita de incluir, na sua fórmula de crescimento, os riscos e as oportunidades ambientais associados às alterações climáticas, à gestão eficiente dos recursos, à biodiversidade entre outros. A velocidade da transição para uma economia verde e de baixo carbono, assumida no Acordo de Paris por Portugal e vários outros países, depende da capacidade de interação e cooperação entre os vários agentes económicos.

Nessa interação o setor financeiro é fundamental, pois é essencial existir financiamento para promover os investimentos e negócios que implementam uma economia mais eficiente no uso dos recursos e com menor emissões de CO<sub>2</sub>. A importância do setor financeiro na promoção desta economia verde e circular é reconhecida pela Comissão Europeia que, em julho de 2017, publicou o relatório intermédio sobre *sustainable finance*, e que constitui uma etapa crucial na definição do que será a estratégia europeia de finanças sustentáveis. Este relatório intermédio avançou com oito recomendações que ilustram as mudanças que se esperam no setor financeiro nos próximos 10 anos:

- ▶ Criação de um sistema que classifique os produtos e ativos financeiros de acordo com o seu desempenho na sustentabilidade;
- ▶ Introdução de um *standard* europeu para as obrigações verdes (*Green Bonds*), para ativos verdes e *labels* para fundos responsáveis;
- ▶ Implementação de um conjunto único de princípios relacionados com o dever fiduciário, onde a análise dos temas ambientais, sociais e de *governance* são especificamente reconhecidos como parte deste dever;
- ▶ Reforçar a disponibilização de informação não-financeira e material para a empresa, que se pode refletir em regras a definir pelas Bolsas de Valores e em análises de *benchmark*;
- ▶ Incluir a sustentabilidade em toda a legislação e regulamentação europeia do setor financeiro;
- ▶ Criação da organização “Infraestruturas Sustentáveis Europeias”, dedicada ao aconselhamento do poder local e outras autoridades, para o desenvolvimento de projetos sustentáveis na área das infraestruturas e para a identificação de potenciais investidores interessados nestes investimentos;
- ▶ Promover a incorporação dos temas da sustentabilidade nas agências europeias de supervisão;
- ▶ Publicar, através do Eurostat, um guia de *standard* contabilísticos, sobre como os investimentos em eficiência energética podem ser analisados e compreendidos pelo setor financeiro.

Um dos maiores desafios desta mudança está relacionado com a linguagem e a comunicação: os financeiros e banqueiros falam uma linguagem bastante diferente dos engenheiros do ambiente, biólogos ou especialistas de outras áreas ligadas à gestão dos recursos naturais.

Perante estes desafios faz sentido, desde já, compreender como podemos contribuir para uma linguagem comum, e como podemos utilizar os mecanismos de financiamento disponíveis provenientes dos fundos comunitários. É essencial promover atividades e negócios que contribuam para uma economia verde e circular. Existindo uma parte de financiamento público para estes projetos, o setor bancário pode também disponibilizar o financiamento em falta ou criar produtos financeiros apropriados, compreendendo assim as oportunidades de negócio decorrentes da economia verde e circular.

Na realidade existem já vários incentivos e apoios financeiros disponíveis como o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) e o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR). Porém, por diversas circunstâncias - entre as quais se destaca a falta de informação - **as empresas nem sempre conseguem tirar partido dos mecanismos que têm ao dispor.**

Neste sentido, esta publicação pretende ser uma **fonte de informação útil a todos os que procuram oportunidades de financiamento na economia verde e na economia circular.** Procura também alertar para as necessidades de mercado nesta área e apelar à mobilização do setor da banca e seguros e outras partes interessadas, especialmente decisores

políticos e representantes do setor público. Alinhar o sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável é incontornável.

A publicação identifica de forma prática as áreas de apoio e as oportunidades disponíveis do COMPETE 2020 dirigido às empresas, PME e não PME, em que os projetos de economia verde e economia circular podem ser alvo de candidatura, dando exemplos de projetos e ações que as empresas podem ver financiadas. Oferece, também, uma leitura simplificada das oportunidades contidas no PO SEUR.

No âmbito da economia verde e economia circular existem também outras linhas de financiamento que não estão refletidas na publicação, nomeadamente o programa Horizonte 2020 e o LIFE<sup>1</sup>.

**“Financiar a sustentabilidade” surge para dar continuidade à visão do BCSD Portugal: “Em 2030 Portugal é um país europeu de referência nas soluções empresariais que promovem uma economia de baixo carbono, que valorizem os serviços dos ecossistemas e que contribuam para o bem-estar das pessoas”.**

Este documento está em contínua atualização, podendo, a qualquer altura, ser alvo de revisões e melhorias. O objetivo do BCSD passa por partilhar, numa única publicação, os incentivos e apoios financeiros para uma economia inteligente, sustentável e inclusiva até 2020, de forma a podermos contribuir para uma efetiva aplicação do desenvolvimento sustentável no tecido empresarial nacional.

*Sofia Santos*  
Secretária Geral do BCSD Portugal

1. O Horizonte 2020 financia projetos realizados por consórcios europeus que integrem entidades de, pelo menos, três países diferentes. O programa LIFE é o instrumento de financiamento da UE para a ação ambiental e climática. O objetivo geral do LIFE é contribuir para a implementação, atualização e desenvolvimento da política e da legislação ambiental e climática da UE através do cofinanciamento de projetos europeus com valor acrescentado.

# O DESAFIO

## FINANCIAMENTO À ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

A sustentabilidade é um motor de inovação na economia. O tema tem ganho destaque com o aumento da preocupação em torno das questões ambientais na agenda das empresas. A transição para uma economia verde oferece inúmeras oportunidades para a transformação de processos e a criação de novos produtos e serviços.

As empresas estão interessadas em fazer a transição para modelos mais amigos do ambiente, mas para isso necessitam de incentivos apropriados e de mecanismos de financiamento adequados aos processos de inovação, investigação e comunicação.

Na fase inicial de desenvolvimento dos mercados da economia verde o financiamento necessário é substancial e depende, em grande medida, das políticas e investimentos públicos, que, por sua vez, podem alavancar mecanismos inovadores de investimento privado.

O COMPETE 2020 e o PO SEUR disponibilizam várias linhas de financiamento que podem ser aplicadas no âmbito da economia verde, podendo as empresas serem financiadas para:

1. **DESENVOLVER** iniciativas para melhorar a eficiência no uso da água;

2. **ALTERAR** os padrões de produção e de consumo;

3. **CRIAR** marcas ecológicas;

4. **IMPLEMENTAR** certificações de âmbito ambiental, como o *ecodesign*;

5. **MELHORAR** a eficiência energética dos processos, dos produtos e dos edifícios;

6. **APOSTAR** nas energias renováveis ou integrar sistemas de gestão.

# ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

A **ECONOMIA VERDE** é uma economia baixa em carbono, eficiente no uso de recursos e promotora de emprego e bem-estar. A prossecução de uma economia verde é hoje um dos pilares da estratégia europeia, que consiste em alcançar uma economia inteligente, sustentável e inclusiva até 2020. A economia verde inclui um conceito que hoje está muito em voga e que tem um impacto muito significativo para as empresas: a economia circular.

A **ECONOMIA CIRCULAR** é uma das ferramentas para alcançar a economia verde e resulta da transição do modelo linear de produção de bens - extração de matéria-prima, produção, uso e rejeição dos produtos – assente na disponibilidade ilimitada de matérias-primas e energia, para um modelo circular, onde os materiais e resíduos são devolvidos ao ciclo produtivo através da reutilização, recuperação e reciclagem. É uma abordagem à produção e ao consumo que permite desenvolver inovação, novos produtos, serviços e modelos de negócio, que contribuem para um relacionamento mais equilibrado e criativo entre as empresas, os consumidores e os recursos naturais.

**O papel das empresas na melhoria do impacto ambiental dos bens e serviços produzidos é reforçado pelos sinais de mudança transmitidos por diversos programas e planos de ação da União Europeia, como o Plano de Ação para a Produção e o Consumo Sustentável, a Estratégia para as Infraestruturas Verdes, o Pacote para a Economia Circular, entre outros.**

O Plano Juncker para o investimento europeu enfatiza a prioridade de investimento em projetos que promovam o Acordo de Paris, ou seja, que promovam uma economia verde com menores emissões de carbono. No Plano Juncker lê-se que uma completa implementação do Acordo de Paris implicará um investimento de 12 biliões de euros em eficiência energética e em tecnologias de baixo carbono entre 2015 e 2030.

As razões para as empresas, independentemente da dimensão, olharem de forma séria para a economia inteligente, sustentável, inclusiva e, claro, verde e circular, começam a ser muitas e incontornáveis.

# COMPETE 2020

OPORTUNIDADES  
DE FINANCIAMENTO



# COMPETE 2020

## OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO

O COMPETE 2020 mobiliza os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o período 2014-20, em linha com as grandes orientações estratégicas nacionais e europeias. *“Tem como finalidade contribuir para a criação de uma economia mais competitiva, baseada em atividades intensivas em conhecimento, na aposta de bens e serviços transacionáveis ou internacionalizáveis e no reforço da qualificação e da orientação exportadora das empresas portuguesas, promovendo igualmente a redução de custos associados a uma maior eficiência dos serviços públicos e à melhoria dos transportes.”* Todos os instrumentos do COMPETE 2020 incluem oportunidades de investimento na área da economia verde e circular.

Os apoios às empresas estão concentrados no **“Sistema de Incentivos às Empresas (SI)”**, composto por três sistemas de incentivo. Em todos existem oportunidades para alavancar a participação das empresas na economia verde e circular, nomeadamente:

### 1. SISTEMA DE INCENTIVOS À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS EMPRESAS (SI I&DT)

O SI I&DT visa aumentar o investimento nacional em investigação e desenvolvimento tecnológico para a criação de novos bens, serviços e processos

que respondam aos desafios económicos, sociais e ambientais, atuais e vindouros. Visa também alargar a base de conhecimento que pode aumentar a competitividade das empresas. Através deste SI, **as empresas podem obter ajuda de financiamento - entre 25% a 75% a fundo perdido - para a fase de investigação**, que é o embrião de qualquer novo produto ou processo.

#### Exemplos de medidas:

- ▶ Desenvolver produtos verdes inovadores (produtos cujos processos sejam de baixo carbono e façam uma utilização eficiente dos recursos disponíveis ou produtos que contribuam para uma economia baixa em carbono e eficiente na utilização de recursos);
- ▶ Investigar, testar e desenvolver processos de produção mais amigos do ambiente que respondam à estratégia europeia para a economia circular;
- ▶ Investigar novos produtos ou serviços que permitam valorizar os serviços dos ecossistemas de sectores ou regiões.

## 2. SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO

O SI Inovação apoia projetos de investimento em inovação produtiva promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação. Tem como objetivos promover a inovação no tecido empresarial pela via da produção de novos bens e serviços, da introdução de melhorias tecnológicas e do reforço da sua orientação para os mercados internacionais. Procura estimular o empreendedorismo qualificado e o investimento estruturante em novas áreas com potencial de crescimento.

O SI Inovação abarca projetos nas seguintes áreas: inovação produtiva não PME, inovação produtiva PME e empreendedorismo qualificado e criativo.

PROJETOS  
NAS ÁREAS DE  
INOVAÇÃO  
PRODUTIVA  
NÃO PME E  
INOVAÇÃO  
PRODUTIVA  
PME

Produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção atual, através da transferência e aplicação de conhecimento.

Adoção de novos, ou significativamente melhorados, processos de fabrico, de logística e de distribuição e métodos organizacionais.

Nestes projetos há uma “majoração sustentabilidade” que, no processo de avaliação, pode corresponder até 10 pontos percentuais. Esta majoração significa que **se uma candidatura apresentar, de forma clara, a estratégia de sustentabilidade do projeto, o apoio recebido pelo COMPETE 2020 pode aumentar em 10 pontos percentuais.**

Por estratégia de sustentabilidade do projeto entende-se a forma como se vão minimizar os impactos ambientais da atividade, como o projeto vai contribuir para a economia verde e a quantificação dos postos de trabalho verdes a criar.

### Exemplos de medidas:

- ▷ Diversificação da produção de uma fábrica ou estabelecimento para novos produtos menos poluentes e mais eficientes na utilização de recursos;
- ▷ Implementação de processos de produção mais eficientes, que utilizem menos recursos e que produzam menos emissões de gases com efeitos de estufa (GEE);
- ▷ Introdução de melhorias tecnológicas e de métodos organizacionais de baixo carbono e mais eficientes na utilização de recursos (apenas para PME) como por exemplo:
  - Melhorias ou implementação de novos procedimentos;
  - Elaboração de manuais;
  - Implementação de sistema de gestão ambiental;
  - Certificações ambientais;
  - Desburocratização;
  - Digitalização.

PROJETOS  
NAS ÁREAS DE  
EMPREENDE-  
DORISMO  
QUALIFICADO  
E CRIATIVO

Investimentos de natureza inovadora, relacionados com a criação de um novo estabelecimento, que se traduzam na produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e com elevado nível de incorporação nacional.

Aquisição de vales empreendedorismo, que permitem o financiamento de projetos de aquisição de serviços de consultadoria na área do empreendedorismo, imprescindíveis ao arranque de empresas, nomeadamente na fase de elaboração de planos de negócio.

A componente “verde” pode estar associada à génese destes projetos. Sendo a economia verde uma área com elevado valor acrescentado, com efeitos indutores de alteração do perfil produtivo da economia e com elevado potencial, os empreendedores verdes/sustentáveis podem apresentar candidaturas para implementar os seus negócios verdes no âmbito do “empreendedorismo qualificado e criativo”.

#### Exemplos de medidas:

- ▷ Criação ou expansão de empresas que disponibilizem serviços e bens que contribuam para uma economia circular e de baixo carbono (ex.: estabelecimento de venda de sapatos *vegan* e/ou ecológicos);
- ▷ Criação ou expansão de empresas segundo modelos de economia de partilha ou de consumidor-produtor e com elevada intensidade de tecnologia (ex.: plataformas tecnológicas para partilha ou aluguer de bens).

### 3. SISTEMA DE INCENTIVOS À QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME

O **SI Qualificação PME** promove a competitividade das PME através do aumento das suas produtividade, flexibilidade, capacidade de resposta e presença ativa no mercado global. Neste SI, o COMPETE 2020 **apoiar investimentos que contribuam para a qualificação das estratégias das PME a uma taxa base de 45%**, podendo as despesas com a formação profissional - e só essas - ascender a uma taxa de 70%. Para tal, as atividades têm que ser realizadas pela primeira vez nas empresas.

ATIVIDADES	EXEMPLOS DE MEDIDAS
<p><b>1. PROTEÇÃO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL:</b> patentes, invenções, modelos de utilidade e desenhos ou modelos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Patenteamento de produtos e serviços verdes.</li> </ul>
<p><b>2. CRIAÇÃO, MODA &amp; DESIGN:</b> conceção e registo de marcas (inclui a criação de marcas próprias aos níveis do produto e da empresa), novas coleções e melhoria das capacidades de <i>design</i> (exclui as alterações periódicas e outras de natureza cíclica e sazonal).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceção e registo de marcas de produtos verdes (produtos que contribuam para diminuir o impacto ambiental e para uma melhor utilização dos recursos naturais);</li> <li>• Desenvolvimento de novos <i>designs</i> de produtos que sejam transformados em produtos verdes;</li> <li>• Gestão e certificação do desempenho energético (Sistemas de Gestão de Energia: ISO 50001);</li> <li>• Outros instrumentos de gestão e certificação ambiental (como Análise do Ciclo de Vida: ISO 14040 e Pegada da Água: ISO 14046).</li> </ul>
<p><b>3. DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E PROCESSOS:</b> melhoria das capacidades de desenvolvimento de produtos, serviços e processos, designadamente pela criação ou reforço das capacidades laboratoriais (exclui testes de qualidade dos produtos, protótipos e provas de conceito).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de embalagens e outros produtos quotidianos segundo princípios do <i>ecodesign</i> (ex.: embalagens biodegradáveis);</li> <li>• Criação de produtos verdes (exemplos: janelas e isolamentos com melhores propriedades térmicas para aumentar a eficiência energética das habitações);</li> <li>• Produtos cujo novo <i>design</i> utilize menos recursos ou que incorpore mais materiais reciclados (ex.: cimento com menor pegada carbónica, tecnologias de irrigação mais eficientes, como a hidropónica).</li> </ul>

## ATIVIDADES

## EXEMPLOS DE MEDIDAS

### 4. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**(TIC):** Introdução de novos modelos ou novas filosofias de organização do trabalho, reforço das capacidades de gestão, introdução de TIC, redesenho e melhorias de *layout*, ações de *benchmarking*. Exclui alterações que se baseiem em métodos de organização já utilizados na empresa.

- Realização de estudos que, feitos pela primeira vez, ajudarão a implementar inovações organizacionais (ex.: estudos de como a economia verde pode influenciar os negócios da empresa para o futuro; estudos de mercado sobre a atividade da concorrência ao nível da economia verde e identificação de potenciais novos produtos que contribuam para a economia verde; estudos que identifiquem o impacto das alterações climáticas no setor; relatórios de sustentabilidade)
- Introdução de novas ferramentas TIC.

### 5. QUALIDADE:

Certificação, no âmbito do sistema português da qualidade (SPQ) ou de sistemas internacionais de certificação, de sistemas de gestão da qualidade ou de outros sistemas de gestão não incluídos nas restantes tipologias e que sejam relevantes para a qualidade dos produtos, serviços ou processos de gestão das empresas, de produtos e serviços com obtenção de marcas e implementação de sistemas de gestão pela qualidade total.

- Certificações ambientais: Sistemas de Gestão Ambiental: ISO 14001; Sistemas de Gestão para a Sustentabilidade de Eventos: ISO 20121; Análise do Ciclo de Vida: ISO 14040; Pegada da Água: ISO 14046;
- Gestão do risco: Gestão da Continuidade do Negócio: ISO 22301; verificação das capacidades de gestão, introdução de TIC, redesenho e melhorias de *layout*, ações de *benchmarking* (exclui alterações que se baseiem em métodos de organização já utilizados na empresa);
- Sistemas de Gestão de Energia: ISO 50001;
- Certificações Florestais: FSC e PEFC; Certificação da Cadeia de Custódia Florestal: FSC Certificação da Cadeia de Custódia (FSC-STD-40-004).

### 6. AMBIENTE:

Investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água e auditorias de eficiência hídrica, introdução de tecnologias eco eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco Gestão e Auditoria (EMAS).

- Certificações ambientais: Sistemas de Gestão Ambiental: ISO 14001; Sistemas de Gestão para a Sustentabilidade de Eventos: ISO 20121;
- Auditorias de eficiência hídrica;
- Investimentos em processo e tecnologias que melhorem o desempenho ambiental de um edifício;
- Investimentos associados a melhorias na gestão de resíduos;
- Auditorias de eficiência do uso de fertilizantes;
- Investimentos em processos agrícolas e industriais que diminuam a emissão de compostos nitrogenados;
- Investimentos em processos que melhorem a qualidade do solo.

### 7. INOVAÇÃO:

Investimentos associados à aquisição de serviços de consultoria e de apoio à inovação e à certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação (IDI).

- Aquisição de serviços de consultoria de apoio à inovação para a economia verde.

### 8. DIVERSIFICAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:

Aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis.

- Apoio à incorporação de tecnologias limpas;
- Apoio à adoção de medidas de eficiência energética;
- Sistemas de Gestão de Energia: ISO 50001;
- Auditorias energéticas.

## ATIVIDADES

## EXEMPLOS DE MEDIDAS

### 9. ECONOMIA

**DIGITAL:** Criação e/ou adequação da infraestrutura interna de suporte com vista à inserção das PME na economia digital e à melhoria dos modelos de negócios com base numa presença mais efetiva na economia digital, que permitam a concretização de processos de negócios desmaterializados, com clientes e fornecedores, através da utilização das TIC.

- Desmaterialização de processos, produtos e serviços;
- Aquisição de serviços de consultadoria para a transformação digital do negócio;
- Incorporação de novas ferramentas TIC que contribuam para a desmaterialização dos processos com clientes e fornecedores.

### 10.

**COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING:** Reforço das capacidades de comercialização, *marketing*, distribuição e logística.

- Introdução de processos de distribuição e logística mais eficientes e com menor impacto ambiental;
- Gestão de frotas;
- Otimização de cargas e rotas;
- Programas de eco condução;
- Inovação ao nível da embalagem;
- Estratégias de *marketing* verde;
- Elaboração de relatórios de sustentabilidade;
- Estudos para perceber as expectativas dos consumidores em relação a produtos verdes.

### 11.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO:**

Investimentos de melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, bem como na certificação de sistemas de gestão da responsabilidade social, sistemas de gestão da segurança alimentar, sistemas de gestão de recursos humanos e sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, no âmbito do SPQ.

- Adoção de Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social;
- Adoção de Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho: OHSAS 18001/NP 4397.

### 12. FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

Ações de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das PME, incluindo as intervenções formativas para empresas, organizadas com recurso à metodologia de formação-ação na modalidade de candidatura projetos conjuntos.

- Ações de formação sobre economia verde, sustentabilidade, economia circular, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), infraestruturas verdes, capital natural, gestão de energia, eficiência energética, energias limpas, gestão da água, eficiência hídrica, formação social das famílias (ex.: maior responsabilidade para evitar o desperdício e aumentar o consumo de produtos verdes).

### 13. RECURSOS HUMANOS:

contratação de recursos humanos altamente qualificados para dar seguimento às estratégias de inovação.

- Contratação de pessoas com mestrados ou doutoramentos para dinamizar e coordenar os novos projetos na empresa na área da economia verde;
- Aumentar o número de recursos humanos na área da investigação e desenvolvimento para produtos e serviços verdes e melhorias dos processos aos níveis da redução de emissões e utilização eficiente de recursos.

No **SI Internacionalização PME**, o COMPETE 2020 apoia - a fundo perdido entre 45% a 70% - investimentos que contribuam para a internacionalização das PME. Podem ser alvo de financiamento projetos de promoção da internacionalização de PME que visem:

- O conhecimento de mercados externos;
- A presença na *web*, através da economia digital;
- O desenvolvimento e promoção internacional de marcas;
- A prospeção e presença em mercados internacionais;
- O *marketing* internacional;
- A introdução de novos métodos de organização nas práticas comerciais ou nas relações externas;
- As certificações específicas para os mercados externos.

Em fevereiro de 2017 foi lançado o Programa Interface, que tem como objetivo a valorização dos produtos portugueses, através da inovação, do aumento da produtividade, da criação de valor e da incorporação de tecnologia nos processos produtivos das empresas nacionais. Este programa tem também a vantagem de abranger, além das empresas, entidades não empresariais do sistema de I&I, incluindo universidades, laboratórios colaborativos e centros tecnológicos. O Programa Interface é um contributo para reforçar a articulação entre o tecido empresarial e as instituições do sistema científico e tecnológico.

#### Exemplos de medidas:

- ▷ Estudos de mercado sobre a perceção e o interesse dos consumidores de outros países sobre as práticas de produção sustentável, para compreender se um produto verde, já existente ou por realizar, é comercializável no mercado externo;
- ▷ Forte campanha internacional digital para posicionar a marca/empresa como exemplo da economia verde, apresentando catálogos em que se explicam as boas práticas ambientais em conjunto com a qualidade dos produtos;
- ▷ *Marketing* verde em mercados onde os consumidores atribuem cada vez mais importância à componente ambiental e sustentável dos produtos, como por exemplo, Alemanha, Austrália, Dinamarca, EUA, França, Holanda, Reino Unido ou Suécia.

# PO SEUR

OPORTUNIDADES  
DE FINANCIAMIENTO



# PO SEUR

## OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO

### O Programa Operacional Sustentabilidade e

**Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)** é um dos 16 programas criados para a operacionalização da Estratégia Portugal 2020. *“Pretende contribuir especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes”.*

Apesar de ser, por excelência, o programa para os temas da economia verde e de sustentabilidade, o PO SEUR é essencialmente destinado a capacitar o sector público, financiando o desenvolvimento de atividades catalisadoras da economia verde, como por exemplo:

1.

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA A VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS;

IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL;

2.

3.

IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS E EQUIPAMENTOS PARA PROMOVER A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS;

DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS VERDES;

4.

5.

DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE AÇÃO PARA PROMOVER A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS AOS NÍVEIS NACIONAL E REGIONAL;

PROJETOS EDUCATIVOS SOBRE ECONOMIA VERDE.

6.



As áreas de atuação do PO SEUR estão descritas na Portaria n. 57-B/2015 de 27 de fevereiro de 2015 e dividem-se em 18 secções que respondem aos três eixos de investimento do programa:

## Eixo I

APOIAR A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO EM TODOS OS SECTORES

## Eixo II

PROMOVER A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

## Eixo III

PROTEGER O AMBIENTE E PROMOVER A EFICIÊNCIA DOS RECURSOS

Exemplos de atividades e projetos que se enquadram nas condições do PO SEUR.

### SECÇÃO 1

Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis

#### BENEFICIÁRIOS

#### EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS

Entidades Públicas que sejam agentes no mercado da energia para os estudos

Produtores em regime especial

No caso da Região Autónoma da Madeira, Empresa de Eletricidade da Madeira e entidades públicas ou equiparadas

- Projetos-piloto de produção de energia a partir de fontes renováveis referentes ao desenvolvimento e teste de novas tecnologias e respetiva integração na rede, nomeadamente utilizando as diversas fontes de energia;
- Projetos de produção de energia a partir de fontes renováveis, com tecnologias testadas e que não estejam ainda suficientemente disseminadas no território nacional e respetiva integração na rede, excluindo as tecnologias barragens e, no solar, as atuais tecnologias de PV, CPV e CSP, e o eólico convencional atual;
- Projetos-piloto de armazenamento de energia, nomeadamente de origem renovável;
- Prospecção, identificação e estudo das condições necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis e de novas tecnologias de armazenagem de energia, tais como a identificação das áreas marítimas adequadas à implantação de novas tecnologias *offshore*.

## SECÇÃO 2

Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas

### BENEFICIÁRIOS

### EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS

Instituições particulares de solidariedade social

Empresas de qualquer dimensão e setor de atividade

Empresas de Serviços Energéticos (ESE), enquanto veículos promotores da eficiência energética em todos os setores, desde que não realizem a auditoria subjacente ao procedimento para a celebração do contrato de gestão de eficiência energética

Entidades gestoras de instrumentos financeiros para a promoção de eficiência energética nas empresas

- Instalação de tecnologias e sistemas energeticamente eficientes como centrais de ar comprimido, geradores de vapor, caldeiras, instalações frigoríficas, iluminação, entre outros;
- Instalação de telhados e paredes verdes e jardins suspensos;
- Instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos e coberturas para promover reduções do consumo de energia;
- Substituição de caixilharia com vidro simples e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico ou solução equivalente em termos de desempenho energético, e respetivos dispositivos de sombreamento;
- Intervenções para aumentar a eficiência energética dos sistemas técnicos instalados;
- Intervenções ao nível da implementação de sistemas de gestão técnica de energia;
- Aquisição de veículos elétricos ou de veículos com motorização a gás natural veicular, comprimido ou liquefeito, desde que não aumente a dimensão da frota;
- Conversão de veículos próprios para gás natural veicular, comprimido ou liquefeito;
- Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável;
- Auditorias, diagnósticos e outros estudos e trabalhos necessários à realização do investimento que não sejam obrigatórios por lei.

## SECÇÃO 3

Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas da Administração Central

### BENEFICIÁRIOS

### EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS

Organismos da administração central

Agência para a Energia (ADENE) para a realização de campanhas de disseminação da eficiência energética na Administração Central

Entidades gestoras dos instrumentos financeiros através dos quais poderão ser apoiadas as Empresas de Serviços de Energia, enquanto veículos promotores da eficiência energética na Administração Central

- Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, através da substituição de caixilharia com vidro simples e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético, e respetivos dispositivos de sombreamento;
- Intervenções para aumentar a eficiência energética nos sistemas técnicos instalados, nomeadamente, integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
- Iluminação interior e exterior, excluindo a iluminação pública;
- Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários;
- Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
- Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável;
- Auditorias, estudos, diagnósticos e análises energéticas necessários à realização dos investimentos;
- Campanhas de sensibilização e de promoção da eficiência energética dirigidas à Administração Central.

## SECÇÃO 4

Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas da Administração Local

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Autarquias locais e suas associações	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sistemas de iluminação pública;</li><li>• Todos os exemplos da <b>SECÇÃO 3</b> (página 18).</li></ul>
Empresas do setor empresarial local detidas a 100% por entidades públicas	
Entidades gestoras de instrumentos financeiros através dos quais poderão ser as Empresas de Serviços de Energia no que respeita ao apoio enquanto veículos promotores da eficiência energética na Administração Pública, envolvendo a realização de parcerias entre agentes públicos e privados, exceto no caso do Programa Operacional do Algarve	

## SECÇÃO 5

Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis no sector da habitação

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Entidades gestoras de instrumentos financeiros para a promoção de eficiência energética na habitação, tendo como destinatários finais das operações os titulares de frações autónomas, de edifícios ou fogos de habitação particular (excluindo a habitação social)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Todos os exemplos da <b>SECÇÃO 3</b> (página 18).</li></ul>
ADENE para a realização de campanhas de sensibilização e promoção da eficiência energética na habitação particular	

## SECÇÃO 6

Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis no sector da habitação social

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Entidades da Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"><li>• Todos os exemplos da <b>SECÇÃO 3</b> (página 18).</li></ul>
Serviços da Administração Pública local	
Outras entidades públicas gestoras ou proprietárias de habitação social	

## SECÇÃO 7

Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão

### BENEFICIÁRIOS

Entidades públicas ou concessionárias (operadores de redes de distribuição de eletricidade em baixa tensão — ORD)

Entidade(s) gestora(s) das Operações Logísticas de Mudança de Comercializador (OLMC) de eletricidade e gás natural

Entidade Reguladora de Serviços Energéticos (ERSE)

Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

### EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS

- Realização de estudos para a preparação e avaliação dos projetos-piloto de sistemas de distribuição inteligentes;
- Instalação de sistemas e contadores inteligentes;
- Desenvolvimento e instalação de sistemas de gestão de informação proveniente de contadores de inteligentes;
- Instalação de concentradores e sistemas de comunicação, assim como rede conexa.

## SECÇÃO 8

Eficiência e diversificação energética nos transportes públicos coletivos e promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável

### BENEFICIÁRIOS

Empresas, entidades e concessionárias de transportes públicos coletivos de passageiros rodoviários e fluviais

ADENE para estudos e campanhas de sensibilização

Entidade gestora da rede da mobilidade elétrica

Operadores da rede de mobilidade elétrica

Outras entidades públicas, no caso de projetos relacionados com soluções de mobilidade suave

### EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS

- Apoio à implementação de medidas de eficiência energética nos transportes urbanos públicos coletivos de passageiros, nas quais se inclui: promover a utilização de gás natural comprimido e gás natural liquefeito, nomeadamente através de postos de enchimento de gás natural, aquisição ou conversão de veículos para gás natural;
- Intervenções com o objetivo de apoiar sistemas de transportes com baixas emissões de carbono, por exemplo: promoção do transporte público de passageiros, sistemas de gestão de frotas, eco condução, campanhas de sensibilização de utilização de pneus energeticamente eficientes, sensibilização para a mobilidade ecológica e adoção de boas práticas, utilização de transportes e soluções de mobilidade energeticamente mais eficientes, campanhas de incentivo à utilização de transporte ferroviário de passageiros e de outros transportes públicos de passageiros, apoio ao investimento em equipamentos de enchimento de pneus a nitrogénio destinado em exclusivo para o transporte público coletivo de passageiros;
- Intervenções ao nível do apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável, nos quais se inclui a promoção da mobilidade elétrica, atualização tecnológica dos postos de carregamento elétricos públicos através da adaptação de pontos de carregamento públicos para fichas normalizadas e comuns a toda a UE, alargamento da rede de pontos de carregamento públicos em espaços de acesso público, lançamento de medidas e ações de promoção nacional da mobilidade elétrica.

## SECÇÃO 9

Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Entidades públicas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Planos de mobilidade urbana sustentável;</li><li>• Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer;</li><li>• Melhoria das soluções de bilhética integrada;</li><li>• Investimentos em equipamento de sistemas inteligentes de controlo de tráfego rodoviário, quando comprovado o relevante contributo para a redução de GEE;</li><li>• Melhoria da rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território;</li><li>• Ações que reduzam as emissões de gases de efeitos de estufa em zonas de elevadas concentrações;</li><li>• Estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, dando prioridade ao acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando corredores específicos “em sítio próprio”;</li><li>• Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real;</li><li>• Desenvolvimento e aquisição de equipamento para sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte, adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo para as soluções flexíveis de transporte com utilização de formas de energia menos poluentes.</li></ul>
Empresas e concessionárias de transportes públicos de passageiros	
Outras pessoas coletivas de direito público e privado desde que envolvam a realização de parcerias entre agentes públicos e privados	

## SECÇÃO 10

Conservação da natureza

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Entidades da Administração Pública Central	<p><b>No domínio “Conservação da natureza”:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Recuperação e proteção de espécies e <i>habitats</i> com estatuto de conservação desfavorável;</li><li>• Ações de prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras;</li><li>• Ações de recuperação de ecossistemas degradados por impactes severos;</li><li>• Ações de adaptação às alterações climáticas previstas para as áreas da biodiversidade na Estratégia Nacional para Adaptação às Alterações Climáticas, tais como ecossistemas dunares e galerias ripícolas;</li><li>• Ações de controlo e prevenção de troca de espécies entre regiões e entre países, a fim de evitar a propagação de pragas e doenças;</li><li>• Revisão e adaptação da Rede Ecológica Nacional com vista a minorar os efeitos das alterações humanas sobre os ecossistemas.</li></ul> <p><b>No domínio “Gestão e ordenamento de Áreas Protegidas e Classificadas”:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração de Planos de Gestão das Áreas Classificadas da Rede Natura 2000, incluindo no meio marinho;</li><li>• Avaliação, revisão dos Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas e sua execução, nos termos previstos nos respetivos Programas de Execução;</li><li>• Elaboração de Planos de Ação de Espécies e execução das respetivas ações previstas.</li></ul> <p><b>No domínio “Informação”:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolvimento e consolidação, exclusivamente para novas funcionalidades, de sistemas de informação e portais relacionados com a conservação da natureza;</li><li>• Desenvolvimento do Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados e Não Classificados;</li><li>• Ações no âmbito do sistema de informação do meio marinho;</li></ul>
Autarquias locais e suas associações	
Setor empresarial do Estado	
Setor empresarial local	
Outras entidades, mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades anteriores, nomeadamente organizações não governamentais da área do ambiente e pessoas coletivas sem fins lucrativos	



(Continuação)  
**SECÇÃO 10**  
Conservação da natureza

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
---------------	------------------------------------

- No domínio “Informação”:**
- Revisão e avaliação atual da cartografia dos *habitats* naturais;
  - Desenvolvimento de um sistema nacional de indicadores e programas de monitorização nacionais do estado de conservação dos valores naturais protegidos e não protegidos;
  - Instalação de sistemas nacionais de prevenção e intervenção sobre os riscos e pressões sobre a biodiversidade e os ecossistemas e serviços de bens públicos por ela suportados;
  - Mapeamento e avaliação, a nível nacional, dos ecossistemas e dos seus serviços;
  - Desenvolvimento de conteúdos e ações de sensibilização para a conservação da natureza junto da comunidade jovem e escolar.

**SECÇÃO 11**  
Proteção do litoral

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
---------------	------------------------------------

- |  |  |
|--|--|
| Administração Pública Central  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Ações materiais de proteção costeira em zonas de risco, no sentido da eliminação, redução ou controlo do risco e da salvaguarda de pessoas e bens, de carácter estrutural e impacte sistémico;</li><li>• Ações de planeamento, produção de conhecimento, gestão de informação e monitorização.</li></ul> |
| Autarquias locais e suas Associações   |  |
| Setor Empresarial do Estado  |  |
| Outras entidades, designadamente administrações portuárias e empresas públicas ou de capitais públicos que tenham por missão desenvolver operações integradas de requalificação do litoral |  |



## SECÇÃO 12

### Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Administração Pública Central	<ul style="list-style-type: none"><li>• Planos municipais, intermunicipais e regionais de adaptação às alterações climáticas;</li><li>• Planos setoriais de adaptação às alterações climáticas e integração desta componente noutras políticas e planos/setoriais (perspetiva de <i>mainstreaming</i>);</li><li>• Ações imateriais, nomeadamente de monitorização e divulgação do plano de ação de combate à desertificação;</li><li>• Ações de promoção de infraestruturas verdes, em complemento das ações de implementação dessas infraestruturas nos PO Regionais;</li><li>• Produção de informação e conhecimento, como estudos, análises e cartografia;</li><li>• Desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão, incluindo sistemas de informação, modelação e cenarização;</li><li>• Sistemas de previsão, alerta e resposta, incluindo modelos de previsão climática de fenómenos extremos e mecanismos de alerta às populações;</li><li>• Reestruturação e modernização dos sistemas de meteorologia (aeronáutica marítima e terrestre), para completar a rede nacional de radares meteorológicos com a extensão à região continental norte e à Região Autónoma da Madeira; ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas.</li></ul>
Municípios e suas Associações	
Setor empresarial do Estado	
Outras entidades mediante protocolo ou outra forma de cooperação com as entidades anteriores, designadamente organizações não governamentais da área do ambiente	

## SECÇÃO 13

### Valorização de resíduos

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Administração Pública Central	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ações para a prevenção da produção e perigosidade dos resíduos;</li><li>• Investimentos com vista ao aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial e otimização e reforço das infraestruturas de triagem multimaterial;</li><li>• Investimentos com vista ao aumento da valorização orgânica de resíduos, através do reforço e otimização do tratamento mecânico e biológico;</li><li>• Investimentos com vista à erradicação progressiva da deposição direta em aterro;</li><li>• Estudos e ações imateriais com vista à certificação de materiais e produtos que contribuam para os mercados de sólidos, para as matérias-primas secundárias (recicláveis) e combustíveis secundários (refugos, rejeitados e CDR);</li><li>• Certificação das instalações e serviços de gestão de resíduos, segundo normas internacionais de gestão da qualidade (ISO 9001) e gestão ambiental (ISO 14001 ou EMAS), desde que integrado num projeto de investimento de infraestruturas.</li></ul>
Administração Regional da Região Autónoma da Madeira	
Administração Regional da Região Autónoma dos Açores	
Autarquias locais e suas associações	
Setor empresarial do Estado	
Setor empresarial local	
Entidades do setor público regional	
Empresas concessionárias municipais, intermunicipais ou multimunicipais	
Outras entidades mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades referidas nas alíneas anteriores	



## SECÇÃO 14

### Gestão eficiente do ciclo urbano da água

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Administração Pública Central	<ul style="list-style-type: none"><li>• Investimentos vários ao nível do abastecimento de água;</li><li>• Investimentos vários ao nível do saneamento de águas residuais, incluindo:<ul style="list-style-type: none"><li>– Investimentos em reabilitação dos sistemas de drenagem de águas residuais urbanas, com especial enfoque na redução da ocorrência de colapsos e de inundações;</li><li>– Investimentos necessários à reutilização de águas residuais tratadas, com vista a possibilitar uma gestão integrada de recursos hídricos em zonas consideradas de escassez.</li></ul></li></ul>
Administração Regional da Região Autónoma da Madeira	
Autarquias e suas associações	
Setor empresarial do Estado	
Setor empresarial local	
Entidades do setor público regional	

## SECÇÃO 16

### Gestão eficiente dos recursos hídricos

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Administração Pública Central	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estudos para definir normativos para o estabelecimento de caudais ecológicos;</li><li>• Estudos necessários para melhorar e complementar os critérios de classificação das massas de água;</li><li>• Ações de desenvolvimento e aplicação de modelos de gestão dos recursos hídricos para melhor alocação de água face aos diversos usos;</li><li>• Desenvolvimento de métodos expeditos e simples para monitorizar a qualidade das águas superficiais e/ou dos caudais ou massas de água.</li></ul>
Administração Regional da Região Autónoma da Madeira	
Setor empresarial regional	
Outras entidades mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades identificadas nas alíneas anteriores	

## SECÇÃO 15

### Recuperação de passivos ambientais

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Administração Pública Central	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estudos e projetos necessários às intervenções de descontaminação de solos;</li><li>• Ações de descontaminação e reabilitação de solos;</li><li>• Monitorização dos solos e das águas superficiais e subterrâneas;</li><li>• Projetos de reabilitação, remediação e recuperação ambiental de áreas degradadas afetas à indústria extrativa.</li></ul>
Autarquias Locais e suas associações	
Setor empresarial do Estado	
Outras entidades, incluindo entidades do setor empresarial local, mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades referidas nas alíneas anteriores	

## SECÇÃO 17

### Património natural e cultural

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
Entidades da Administração Pública Central	<ul style="list-style-type: none"><li>• Várias atividades no âmbito do património cultural;</li><li>• Atividades no âmbito do património natural;</li><li>• Atividades no âmbito da promoção turística.</li></ul>
Autarquias locais e suas associações	
Entidades do setor empresarial do Estado	
Entidades do setor empresarial local	
Pessoas coletivas de direito público, incluindo entidades regionais de turismo	



(Continuação)

## SECÇÃO 17

### Património natural e cultural

## SECÇÃO 18

### Reabilitação e qualidade do ambiente urbano

BENEFICIÁRIOS	EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS
---------------	------------------------------------

Entidades privadas sem fins lucrativos, agentes culturais e organizações não governamentais da área do ambiente e proteção da natureza (ONGA), mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades referidas anteriormente

#### No âmbito do “património natural”:

- Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de áreas classificadas;
- Organização de iniciativas de comunicação, informação e sensibilização associadas à proteção e conservação da natureza;
- Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos digitais, plataformas digitais e planos de *marketing* específicos;
- Elaboração de cartas de desporto de natureza;
- Estudos de avaliação e valoração dos serviços dos ecossistemas direcionados para o desenvolvimento de infraestruturas verdes;
- Desenvolvimento de infraestruturas verdes, em meio urbano ou rural, incluindo o estabelecimento de corredores ecológicos, de forma a assegurar a proteção e, quando relevante, a reposição dos serviços dos ecossistemas, incluindo a fruição.

#### No âmbito da “promoção turística”:

- Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico e do turismo da natureza, do turismo aventura ou de práticas mais tradicionais de turismo cultural e religioso;
- Criação e promoção de novas rotas turísticas, centradas em recursos e produtos endógenos (ex.: vinhos), artes e saberes (ex.: vidro, lanifícios e cerâmica) e na produção cultural (ex.: escritores);
- Utilização das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica (TICE), sinalética e outros instrumentos de aproximação e visibilidade da região e do seu património nos mercados e junto dos visitantes.

#### BENEFICIÁRIOS

Entidades da Administração Pública Central

Autarquias locais e suas associações

Entidades do setor empresarial do estado

Entidades do setor empresarial local

Outras entidades, no caso dos programas operacionais do Alentejo e Algarve

Organismos que implementam instrumentos financeiros

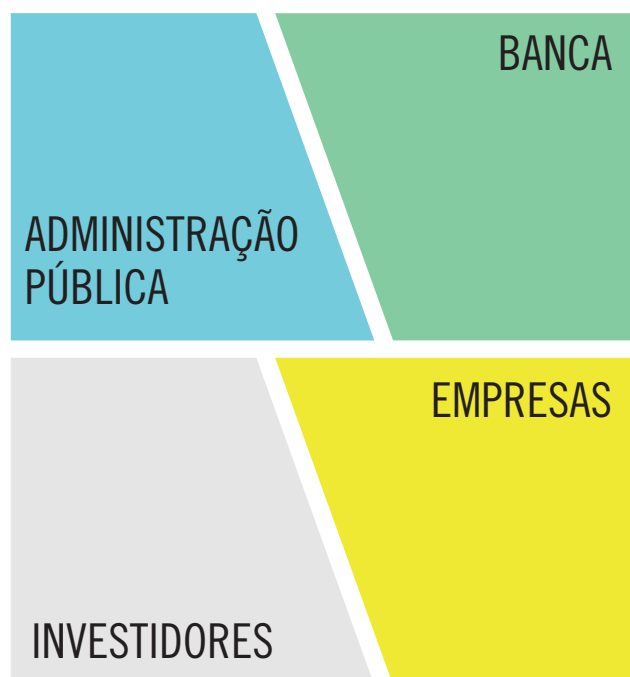
#### EXEMPLOS DE ATIVIDADES FINANCIADAS

- Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos;
- Reabilitação de espaço público;
- Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas com vista à reconversão;
- Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana, à promoção da atividade económica, à valorização dos espaços urbanos e à mobilização das comunidades locais;
- Estudos e ações associados à melhoria da qualidade do ar, redução do ruído, qualidade de vida em meio urbano e mobilização das comunidades locais.

# RECOMENDAÇÕES

A promoção da economia verde e da economia circular é uma tarefa de vários agentes económicos, sendo que há várias oportunidades de melhoria ao alcance de todos. Para conseguir acelerar o ecossistema necessário à implementação generalizada de práticas de economia verde e circular, o BCSD identificou um conjunto de recomendações para a **Administração Pública, banca, investidores e empresas.**

O BCSD defende que o caminho para um modelo económico verde e circular só pode ser feito em conjunto e com atitude construtiva e pró-ativa. As principais recomendações e ideias de ações são:



## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Quantificar e difundir os montantes que estão alocados aos incentivos e apoios à economia verde e circular;
- Melhorar os processos associados às candidaturas:
  - Melhorar as competências de apoio à elaboração de candidaturas (sem substituir aos gabinetes de projetos, banca, etc.);
  - Melhorar a acessibilidade e capacidade de resposta dos canais de contacto/informação aquando da elaboração das candidaturas;
- Divulgar a importância da economia verde e circular:
  - Junto da banca e do setor empresarial, por exemplo, através da produção de materiais de divulgação, como exemplos de casos de sucesso;
  - Disseminar conhecimento entre os diferentes *stakeholders* acerca de iniciativas que suportem os objetivos da economia verde e circular, sensibilizando-os para os benefícios de investimento nesta área;
  - Desenvolver um *framework* de reporte e monitorização de indicadores sobre economia verde e circular, que permita avaliar a dimensão e resultados por setor.
- Integrar os princípios da economia verde e circular na Administração Pública:
  - Assegurar que os organismos governamentais adotam um enquadramento regulatório, legal e fiscal que incentive investimentos na economia verde e circular;
  - Envolver organismos governamentais com diferentes pelouros e responsabilidades na definição de políticas e estratégias relacionadas com a economia verde e circular, com vista a assegurar a integração das preocupações das várias entidades nesta matéria;
- Criar mecanismos de agilização que facilitem o desenvolvimento de projetos de eficiência energética, de eficiência hídrica e de gestão ambiental na Administração Pública, com especial enfoque nos edifícios e iluminação pública.
- Criar mais incentivos à economia verde e circular, destinados ao setor privado;
  - Atribuir benefícios fiscais à banca e ao setor empresarial relacionados com a economia verde e circular;
  - Desenvolver programas de apoio dedicado exclusivamente ao empreendedorismo verde (ex.: incubadoras);
  - Desenvolver e implementar programas ou projetos de economia verde e circular, em áreas de maior necessidade, de acordo com o panorama nacional;
  - Mobilizar a comunidade de investidores para a economia verde e circular, em conjunto com o setor financeiro, através da sensibilização para novas oportunidades e reduzindo a perceção de risco normalmente associado a este setor;
  - Identificar os sectores estratégicos a apostar na área da economia verde e circular;
  - Atribuir incentivos para o investimento em soluções de eficiência energética, como, por exemplo: aumentar os benefícios fiscais para quem é mais eficiente; estabelecer obrigações legais em matéria de eficiência energética e de redução do consumo de energia alargado aos equipamentos públicos;
  - Atribuir incentivos para o investimento em soluções de eficiência de recursos, incluindo eficiência hídrica, a redução do consumo de água e de outros recursos;

(Continuação)

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Desenvolver um modelo de financiamento estruturado e competitivo, direcionado às Empresas de Serviços Energéticos, que permita um maior número de empresas a concorrer a concursos públicos de eficiência energética na iluminação pública e a obtenção de propostas mais competitivas;
- Lançar concursos para cofinanciamento de fundos de capital de risco especializados nas áreas da economia verde e circular;
  - Definir e implementar metodologias de trabalho com o setor privado;
- Integrar o tema da economia verde e circular nos currículos académicos, desde o ensino básico;
- Promover a identificação de oportunidades de sinergias entre setores, mediante, por exemplo, a criação de plataformas e fóruns de partilha sobre economia verde e circular, abertos aos diferentes tipos de *stakeholders*.

## BANCA

- Integrar produtos e serviços sustentáveis no portefólio comercial da banca e seguros:
  - Desenvolver linhas de crédito próprias, ou em conjunto com organismos governamentais, destinadas a financiar projetos nestas áreas ou empresas que invistam na economia verde;
  - Promover um produto específico de financiamento à economia verde, onde possam participar empresas (por exemplo no âmbito da linha “PME crescimento 2015”);
  - Criar fundos de investimento e depósitos indexados a empresas que invistam em economia verde e circular;
  - Desenvolver mecanismos de diferenciação positiva de projetos que apresentem benefícios do ponto de vista da economia verde e circular;
  - Avaliar os financiamentos às empresas tendo em conta a sustentabilidade do projeto e não só o risco financeiro/*rating*;
- Dar formação específica à força de vendas, integrando a economia verde e circular nos planos de formação para colaboradores;
- Mobilizar a comunidade de investidores, em conjunto com os organismos governamentais, para a economia verde e circular, através da sensibilização para novas oportunidades e reduzindo a perceção de risco normalmente associado a este setor;
- Divulgar casos de sucesso e participar em fóruns dedicados à partilha de experiências nesta área.

## INVESTIDORES

- Defender a necessidade de investir na economia sustentável e partilhar bons exemplos, nomeadamente, através da identificação das empresas sustentáveis no seu portefólio;
- Não olhar para as empresas apenas na vertente do lucro a curto prazo, mas também nos fatores de sustentabilidade;
- Desenvolver uma metodologia de monitorização e reporte de indicadores sobre economia verde e circular e aplicá-la aos seus investimentos, para privilegiar os investimentos que considerem aspetos que vão ao encontro dos objetivos da economia verde e circular;
- Conceder um apoio financeiro competitivo aos contratos de performance energética, que contemplem uma eficaz monitorização e verificação das poupanças alcançadas, contribuindo para a dinamização do mercado de serviços energéticos e considerar o seu alargamento à gestão de outros recursos e a dinamização e alargamento do mercado de serviços energéticos a outras áreas e oportunidades de poupança de recursos, onde se inclui a eficiência hídrica.

## EMPRESAS

- Integrar os conceitos de economia verde e circular na definição das estratégias e no desenvolvimento de novos produtos ou processos:
  - Identificar oportunidades de negócio e de investimento em projetos diretamente relacionados com a economia verde e circular;
  - Identificar oportunidades de financiamento de iniciativas e projetos que contribuam positivamente para a economia verde e circular;
  - Identificar oportunidades de sinergias com outras empresas ou *stakeholders* para a realização de projetos nestas áreas;
- Partilhar as experiências e boas práticas publicamente, em fóruns criados para o efeito;
- Melhorar as competências de elaboração de *business case*, para evidenciar as vantagens para a economia verde e circular;
- Apostar na capacitação interna para o tema, através da sua integração nos planos de formação para colaboradores;
- Monitorizar e reportar publicamente indicadores sobre o impacto da empresa e respetivos processos e produtos para a economia verde e circular.

# O BCSD PORTUGAL

**O BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável** - é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, que agrega e representa empresas que se comprometem ativamente com a sustentabilidade. Através da conceção de projetos interempresas que estimulam o desenvolvimento sustentável, o BCSD é um ator influente e inspirador de novos modelos de negócio, competitivos, inovadores, responsáveis, sustentáveis e inclusivos.

Com mais de 90 membros, entre os quais se encontram as maiores empresas nacionais, o BCSD tem ampla representação setorial e integra a maioria das empresas do índice bolsista PSI20. O volume de vendas dos associados não financeiros do BCSD representam 38% do PIB nacional, valor que se traduz em mais de 65 mil milhões de euros de volume de negócios e um VAB entre 6 a 8% do PIB. As empresas do BCSD dão emprego direto a mais de 270.000 colaboradores.

## **O GRUPO DE TRABALHO *SUSTAINABLE FINANCE***

O grupo de trabalho *sustainable finance* do BCSD tem como missão produzir conhecimento que contribua com linhas de orientação para o sistema financeiro português promover o investimento e o consumo sustentáveis e o alinhamento do financiamento com as políticas públicas.



**BCSD**  
EQUILÍBRIO RESPONSÁVEL

Conselho Empresarial  
para o Desenvolvimento  
Sustentável

PRODUÇÃO APOIADA POR:



**FIDELIDADE**  
SEGUROS DESDE 1808

**Millennium**  
bcp

**Delegação Lisboa**

Av. Columbano Bordalo Pinheiro,  
nº 108, 2º B  
1070-067 Lisboa

Tel +351 217 819 001

**Delegação Porto**

Porto Business School, Sala A3.14,  
Avenida Fabril do Norte, N. 425,  
4460-314 Porto

Tel +351 220 425 020

[www.bcsdportugal.org](http://www.bcsdportugal.org)